

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza. A Companhia realiza suas vendas por meio de 1.149 lojas (1.165 em 31 de dezembro de 2018), distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por cinco centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Essas informações trimestrais foram preparadas de acordo as IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e certos passivos financeiros, os quais foram mensurados a valor justo. Essas informações trimestrais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações trimestrais incluem estimativas e exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas estimadas nos estoques, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para processos judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de novembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto pela adoção inicial dos CPC 06 (R2), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme descrito a seguir, as práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram divulgadas em 28 de março de 2019 e devem ser lidas em conjunto.

Novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

a) CPC 06-R2 (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06-R1. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

O CPC 06-R2 (IFRS 16), exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06-R1.

A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de arrendamento da Companhia mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional.

O balanço patrimonial sofreu alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Os fluxos de pagamentos não canceláveis para os contratos elegíveis à aplicação do CPC 06 (R2) foram ajustados a valor presente descontando a uma taxa única de 7,50%a.a. a qual corresponde ao custo de captação da nossa dívida mais recente.

Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo anterior do ativo imobilizado arrendado foi reclassificado para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil financeiro foi incorporado pelo saldo de arrendamentos a pagar. O quadro a seguir demonstra os efeitos da adoção da nova norma.

Balanço patrimonial	31/12/2018	Adoção inicial	01/01/2019
Ativo total	3.376.885	1.568.814	4.945.699
Ativo circulante	2.184.187	-	2.184.187
Ativo não circulante	1.192.698	1.568.814	2.761.512
Ativo de direito de uso	-	1.641.648	1.641.648
Imobilizado	717.536	(72.834)	644.702
Outras contas	475.162	-	475.162
Passivo total	3.376.885	1.568.814	4.945.699
Passivo circulante	1.840.919	152.695	1.993.614
Passivo de arrendamento	16.989	152.695	169.684
Outras contas	1.823.930	-	1.823.930
Passivo não circulante	504.671	1.416.119	1.920.790
Passivo de arrendamento	58.193	1.416.119	1.474.312
Outras contas	446.478	-	446.478
Patrimônio líquido	1.031.295	-	1.031.295

Demonstração de resultados	30/09/2019 saldo anterior	Impacto do IFRS16	30/09/2019 após adoção
Receita líquida	4.763.964	-	4.763.964
Custo das mercadorias vendidas	(3.273.175)	-	(3.273.175)
Despesas com vendas	(1.311.598)	58.063	(1.253.535)
Despesas administrativas e gerais	(128.656)	588	(128.068)
Outras receitas (despesas) líquidas	34.329	-	34.329
Resultado financeiro líquido	(90.937)	(95.672)	(186.609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.228	12.572	29.800
Prejuízo acumulado	11.155	(24.449)	(13.294)

b) ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A IFRIC aborda especificamente se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente, se as suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais, como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto e como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia realizou uma análise do IFRIC 23 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	31.737	76.309
Aplicações financeiras de curto prazo	63.482	41.888
Debêntures compromissadas	39.584	39.602
Certificado de depósitos bancários - CDB	17.286	-
Outras aplicações de curto prazo	6.612	2.286
Total	95.219	118.197

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição do saldo

	30/09/2019	31/12/2018
Administradoras de cartões de crédito a receber	362.646	302.226
Convênios a receber (a)	15.617	15.098
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM (b)	1.761	6.886
Comissões a receber	373	114
(-) Ajuste a valor presente	(3.617)	(2.788)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.847)	(6.071)
Total	371.933	315.465

- a) Referem-se aos valores a receber de empresas conveniadas com a Companhia. Os convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos aos funcionários, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras realizadas mediante desconto em folha de pagamento.
- b) O Programa de Benefícios de Medicamentos - PBM registra os saldos a receber com as vendas dos medicamentos vinculados a benefícios concedidos pelos laboratórios mediante reembolso.

Os saldos foram ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 33 e 40 dias e a taxa média de captação de recursos.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente:

	30/09/2019	31/12/2018
A vencer	373.486	317.596
Vencidos entre 1 a 30 dias	508	1.315
Vencidos entre 31 a 60 dias	175	351
Vencidos entre 61 a 90 dias	1.812	282
Vencidos acima de 90 dias	4.416	4.780
	<u>380.397</u>	<u>324.324</u>

b) Movimentação das perdas estimadas com créditos liquidação duvidosa:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(10.278)
Adições	(7.491)
Reversão da provisão	<u>11.698</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.071)
Adições	(80)
Reversão da provisão	<u>1.304</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>(4.847)</u>

6. ESTOQUES

a) Composição do saldo

	30/09/2019	31/12/2018
Mercadorias para revenda	1.342.589	1.560.639
Materiais para uso e consumo	5.304	7.255
(-) Perdas esperadas nos estoques	<u>(63.015)</u>	<u>(61.446)</u>
	<u>1.284.878</u>	<u>1.506.448</u>

b) Movimentação das perdas esperadas nos estoques:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(61.249)
Adições	(9.793)
Reversão de provisão	<u>9.596</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(61.446)
Adições	(3.962)
Reversão de provisão	<u>2.393</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>(63.015)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/09/2019	31/12/2018
ICMS (a)	243.859	158.026
IRPJ/CSLL (b)	10.209	16.535
PIS e COFINS (c)	91.775	48.839
IRRF (d)	3.955	256
INSS (e)	32.364	30.925
Outros	4.068	3.892
	386.230	258.473
Circulante	83.394	70.187
Não circulante	302.836	188.286

- (a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas. Adicionalmente, em 2018 a Companhia concluiu os cálculos dos valores referentes aos créditos tributários no montante de R\$ 153.549, referentes aos ressarcimentos de ICMS ST não definitivo onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais efetivas. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF.
- (b) Valor decorrente de pagamento a maior de IRPJ e base negativa de CSLL na apuração do lucro real do exercício de 2018.
- (c) Créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços. Em agosto de 2019 a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado no ano 2008, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário. O montante estimado e registrado foi de R\$ 100.400, dos quais R\$ 48.020 foram reconhecidos a partir da decisão do STF
- (d) Créditos de imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e dos valores recebidos pelas liquidações das parcelas dos *swaps*.
- (e) Créditos previdenciários referente a pagamentos a maior efetuado em períodos anteriores.

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Origem e composição do saldo

	30/09/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	137.102	99.750
(-) Provisão para a realização de prejuízo fiscal	(27.242)	-
Capitalização de juros	(7.370)	(7.572)
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	(7.644)	(9.604)
Valor justo dos passivos financeiros	(1.613)	(1.661)
Provisão para encerramento de lojas	3.619	3.784
Provisão para realização dos estoques	21.425	20.892
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543
Participação nos lucros	3.412	2.220
Arrendamento mercantil	12.572	778
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9.134	11.062
Provisões para contingências	7.933	4.745
Ajuste a valor presente	3.338	3.373
Outras provisões	10.674	7.773
Total	171.883	142.083

b) Conciliação da alíquota efetiva

	30/09/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	(43.094)	(8.833)
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	(14.652)	(3.003)
Efeito das adições permanentes: [D]	4.465	1.825
Outras adições permanentes	4.465	1.825
Efeito das exclusões permanentes: [E]	(129.141)	(54.015)
Subvenção para investimento	(128.908)	(45.186)
Perdas em processos judiciais	-	(5.291)
Pagamento de gratificações e campanhas	-	(4.432)
Equivalência patrimonial	(233)	(106)
IR/CSLL diferido sobre prejuízo fiscal não constituído [F]*	27.242	-
IR/CSLL no resultado [C] + ([D] - [E])*34% + [F] = [G]	29.800	15.082
Alíquota efetiva [G]/[A]	(69,1)%	(170,7)%

* IR/CSLL diferidos não constituídos em função da projeção de resultados futuros.

c) Expectativa de realização

A Companhia, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social de períodos anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada anualmente.

As estimativas estão relacionadas a capacidade de a Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem.

De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos reconhecidos em função dos prejuízos fiscais e ágio em incorporação, serão recuperados de acordo com o seguinte cronograma.

Anos	30/09/2019	31/12/2018
2019	55.263	42.333
2022	5.913	5.913
2023	15.730	15.730
2024	23.166	23.166
2025	27.315	27.315
2026	44.496	27.626
	171.883	142.083

9. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	30/09/2019			31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Outras contas a receber							
Dupar Participações S.A. (b)	Outros créditos	10.569	-	-	10.569	-	-
Fornecedores							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (f)	Compra de produtos	-	684	-	-	2.338	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (e)	Prestação de serviços	4.385	-	(1.296)	4.741	-	(2.187)
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (g)	Frete de mercadorias	288	3.733	(72.947)	439	9.298	(129.109)
Arrecadação de recursos de terceiros							
Pague Menos Gerenc. de Serviços Ltda. (d)	Prestação de serviços	-	10	(308)	1	25	(1.053)
Arrendamentos							
Renda Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis	4	651	(5.648)	2	482	(7.123)
Dupar Participações S.A. (b)	Aluguel de imóveis	3.219	-	(44.999)	10.646	11	(61.182)
Prospar Participações S.A. (c)	Aluguel de imóveis	-	85	(784)	-	90	(1.048)
Total		18.465	5.163	(125.982)	26.398	12.244	(201.702)

- a) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.
- b) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.
- c) Prospar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.
- d) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
- e) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.
- f) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.
- g) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação.

i) Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores e do Conselho de Administração totalizou R\$7.274 no período findo em 30 de setembro de 2019 (R\$4.492 em 2018). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

ii) Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	30/09/2019	31/12/2018
Aval/fiança e devedor solidário	1.424.709	638.816
Pessoas físicas (acionistas)	680.473	519.275
Dupar Participações S.A.	744.236	119.541
Imóveis	72.233	72.233
Dupar Participações S.A.	72.233	72.233

10. INVESTIMENTOS

a) Composição do saldo

	30/09/2019	31/12/2018
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	8.283	8.050
Ágio na aquisição de investimento	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(19.243)	(19.243)
	<u>70.878</u>	<u>70.645</u>

b) Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2018	70.331
Distribuição de dividendos	(562)
Equivalência patrimonial	876
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>70.645</u>
Equivalência patrimonial	233
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>70.878</u>

Informações da investida

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A, pelo total de R\$90.000. A aquisição de 26,21% das ações da ePharma PBM do Brasil S.A. correspondia a R\$8.162 do patrimônio líquido desta, consequentemente, foi apurado um ágio decorrente da diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Redução ao valor recuperável do Ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2018 a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 15,7% antes dos impostos e 14,3% após os impostos. O teste de recuperação não resultou na necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 6,4%.

Margem bruta

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

11. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Taxa a.a.	30/09/2019			31/12/2018		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Obras em andamento	-	14.884	-	14.884	27.096	-	27.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	748.085	(311.369)	436.716	736.789	(280.610)	456.179
Instalações	10%	79.097	(30.691)	48.406	75.447	(26.027)	49.420
Máquinas e equipamentos	10%	94.815	(47.819)	46.996	90.543	(41.811)	48.732
Móveis e utensílios	10%	94.456	(32.171)	62.285	85.746	(25.467)	60.279
Veículos	20%	2.601	(2.588)	13	2.715	(2.642)	73
Equipamentos de informática	10%	57.268	(45.255)	12.013	151.191	(65.604)	85.587
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	585	-	585
Provisão para encerramento de lojas		(32.522)	22.593	(9.929)	(32.548)	22.133	(10.415)
Total		1.058.684	(447.300)	611.384	1.137.564	(420.028)	717.536

(a) A amortização das benfeitorias é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos de prazo de vigência chegando-se numa média de taxa de depreciação de 6%a.a.

b) Movimentação

	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	30/09/2019
Obras em andamento	27.096	5.616	-	-	(17.828)	14.884
Benfeitorias em imóveis de terceiros	456.179	23.123	(14.154)	(35.885)	7.453	436.716
Instalações	49.420	3.295	(774)	(5.409)	1.874	48.406
Máquinas e equipamentos	48.732	3.162	(1.067)	(6.387)	2.556	46.996
Móveis e utensílios	60.279	6.123	(1.148)	(6.751)	3.782	62.285
Veículos	73	-	(32)	(28)	-	13
Equipamentos de informática	85.587	4.683	(319)	(5.636)	(72.302)	12.013
Adiantamentos a fornecedores	585	-	(585)	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(10.415)	-	486	-	-	(9.929)
Total	717.536	46.002	(17.593)	(60.096)	(74.465)	611.384

	01/01/2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2018
Obras em andamento	54.276	27.926	-	-	(55.106)	27.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	374.764	100.538	(11.246)	(55.058)	47.181	456.179
Instalações	42.322	14.464	(1.011)	(6.593)	238	49.420
Máquinas e equipamentos	49.685	6.981	(1.090)	(8.421)	1.577	48.732
Móveis e utensílios	42.437	23.014	(1.286)	(7.326)	3.440	60.279
Veículos	137	-	-	(64)	-	73
Equipamentos de informática	73.617	34.007	(373)	(21.664)	-	85.587
Adiantamentos a fornecedores	755	-	(170)	-	-	585
Provisão para encerramento de lojas	(3.162)	(7.253)	-	-	-	(10.415)
Total	634.831	199.677	(15.176)	(99.126)	(2.670)	717.536

A transferência no valor de R\$ 72.834 em equipamentos de informática, refere-se ao saldo residual de arrendamento mercantil, contabilizado conforme IAS 17, o qual em 1º de janeiro de 2019 foi reclassificado para o ativo de direito de uso em conformidade com o CPC 06 (R2). As demais transferências, no valor de R\$ 1.630 em 30 de setembro de 2019 (R\$2.670 em 2018), referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, os quais foram identificados posteriormente e reclassificados para o intangível.

Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma reversão de provisão para encerramento de lojas, no montante de R\$486 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 7.253 de provisão em 2018). A análise de recuperabilidade considera o resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação dos investimentos estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de lojas. Ocorreram 37 encerramentos no período findo em 30 de setembro de 2019 (58 lojas encerradas no exercício de 2018).

12. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

Taxa a.a.	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Marcas	-	4.289	-	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(a)	20.144	(11.992)	19.345	(10.129)	9.216
Softwares	20%	50.906	(27.684)	45.959	(21.826)	24.133
Websites	10%	114	(46)	112	(40)	72
Provisão para encerramento de lojas	-	(1.305)	590	(1.305)	590	(715)
Total		74.148	(39.132)	68.400	(31.405)	36.995

(a) A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos de prazo de vigência chegando-se numa média de taxa de depreciação de 6%a.a.

b) Movimentação

	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências (b)	30/09/2019
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	9.216	-	(93)	(1.972)	1.001	8.152
Softwares	24.133	4.386	-	(5.925)	628	23.222
Websites	72	-	-	(5)	1	68
Provisão para encerramento de lojas	(715)	-	-	-	-	(715)
Total	36.995	4.386	(93)	(7.902)	1.630	35.016

(b) Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências (b)	31/12/2018
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	8.982	638	(295)	(2.465)	2.356	9.216
Softwares	16.343	14.269	-	(6.479)	-	24.133
Websites	28	-	(263)	(7)	314	72
Provisão para encerramento de lojas	-	-	(715)	-	-	(715)
Total	29.642	14.907	(1.273)	(8.951)	2.670	36.995

13. FORNECEDORES

a) Composição da conta

	30/09/2019	31/12/2018
Fornecedores	895.872	1.098.830
Ajuste a valor presente (a)	(17.643)	(23.133)
Total	878.229	1.075.697

(a) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 61 e 73 dias e taxa média de captação de recursos.

a) Por vencimento

	30/09/2019	31/12/2018
A vencer		
Entre 1 a 30 dias	373.520	401.669
Entre 31 a 60 dias	222.465	276.030
Entre 61 a 90 dias	76.396	132.694
Mais de 91 dias	223.491	288.437
Total	895.872	1.098.830

b) Concentração do saldo

	30/09/2019		31/12/2018	
Fornecedores				
Maior fornecedor	105.289	12%	106.338	10%
do 2º ao 25º	452.116	50%	564.667	51%
do 26º ao 50º	132.221	15%	170.595	16%
Demais fornecedores	206.246	23%	257.230	23%
Total	895.872	100%	1.098.830	100%

c) Operações de risco sacado

Parte dos fornecedores de mercadorias cederam seus recebíveis para instituições financeiras totalizando R\$ 30.591 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 10.737 em 2018), sem direito de regresso. Nessas operações, não há alteração no prazo médio de pagamento da Companhia quando comparada com os valores a pagar aos outros fornecedores. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia.

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

a) Composição do saldo

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	30/09/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	25.787	28.844
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,03%a.a.	76.749	203.437
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	-	3,5% a.a.	54.933	52.123
Banco da Amazônia	FNO	-	10,50% a.a.	4.677	11.314
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	19	72
Citi	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,68%a.a.	32.170	59.381
Itaú	Capital de giro - swap xEU\$	CDI	1,97% a 1,99% a.a.	183.385	-
Itaú	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,24% a 3,20% a.a.	78.993	318.975
Safra	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,20% a 1,85% a.a.	55.189	102.608
Santander	FRN	CDI	1,40% a 1,55% a.a.	100.475	100.518
Santander	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,75% a.a.	62.175	77.132
Total bruto de financiamentos e empréstimos				674.552	954.404
Instrumentos de hedge (a)				(22.481)	(28.248)
Total líquido de financiamentos e empréstimos				652.071	926.156
Circulante				178.793	503.540
Não circulante				473.278	422.616

(a) A Companhia realiza captações em moeda estrangeira na modalidade “4131”, sobre as quais incidem juros pré-fixados. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou swaps atrelados às operações “4131” devidamente casados com mesmos prazos, taxas e valores. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 26.

b) Composição por moeda

	30/09/2019	31/12/2018
Em reais – R\$	324.815	558.096
Em euro – EU\$	179.607	-
Em dólares norte-americano - US\$	147.649	368.060
Total	652.071	926.156

c) Cronograma de desembolso

	30/09/2019	31/12/2018
Vencimentos		
2019	31.481	503.540
2020	275.361	246.611
2021	185.965	101.898
2022	109.298	50.965
2023	27.544	14.610
Após 2024	22.422	8.532
Total	652.071	926.156

d) *Movimentação da conta*

Saldos em 1 de janeiro de 2018	672.387
Captação de financiamentos e empréstimos	465.000
Juros incorridos	40.955
Amortização de principal	(290.111)
Amortização de juros	(40.729)
Variações cambiais	98.691
Alterações no valor justo dos instrumentos de hedge	(21.721)
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	(767)
Reconhecimento dos custos de transação	2.451
Saldo em 31 de dezembro de 2018	926.156
Captação de financiamentos e empréstimos	331.150
Juros incorridos	28.948
Amortização de principal	(625.890)
Amortização de juros	(32.601)
Variações cambiais	18.378
Liquidação financeira de instrumentos de hedge	8.951
Alterações no valor justo dos instrumentos de hedge	(3.184)
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	140
Apropriação ao resultado de custos de transação	23
Saldo em 30 de setembro de 2019	652.071

e) *Cláusulas restritivas (covenants)*

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos. Em 30 de setembro de 2019 os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente.

f) *Garantias*

	30/09/2019	31/12/2018
Alienação fiduciária de direitos creditórios	205.877	177.298
Fianças	87.620	75.620
Imóveis	72.233	72.233
Alienação fiduciária de bens	510	490
	366.240	325.641

15. DEBÊNTURES

a) Composição da conta

	Emissão	Vencimento	Qtde. Debêntures (unidades)	Montante de emissão	Encargos	Garantias	30/09/2019	31/12/2018
4ª emissão	11/02/2019	11/02/2024	200.000	200.000	CDI + 1,95%	Real e fidejussória	200.493	-
5ª emissão	21/07/2019	21/01/2023	100.000	100.000	CDI +1,51%	Real e fidejussória	100.950	-
Total							301.443	-
Circulante							18.591	-
Não circulante							282.852	-

b) Movimentação da conta

Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Emissão	300.000
Juros incorridos	11.218
Pagamento de juros	(9.143)
Apropriação ao resultado de custos de transação	(632)
Saldo em 30 de setembro de 2019	301.443

c) Cronograma de desembolso

	30/09/2019
Vencimentos	
2019	570
2020	17.985
2021	33.193
2022	113.193
2023	96.526
2024	39.976
Total	301.443

d) Cláusulas restritivas (covenants)

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. Em 30 de setembro de 2019 os índices e limites financeiros estavam dentro dos limites definidos contratualmente.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Política contábil

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o valor igual ao do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A Companhia determinou que a data de assinatura dos contratos, será a data de início do arrendamento, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do ativo arrendado. O prazo do arrendamento é aquele considerado como o período não cancelável, os direitos de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas. A Companhia reavaliará periodicamente o prazo de arrendamento e vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato.

Os contratos com prazo indeterminado ou menor que 12 meses e alugueis de baixo valor não satisfazem os critérios de reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento nos termos da IFRS 16. Dessa forma os pagamentos realizados para esses arrendamentos são contabilizados no resultado do período em que incorrerem.

Para fins de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis em virtude da impossibilidade de mensuração dessa estimativa, foram considerados como despesa no resultado do período. Apenas os pagamentos fixos foram considerados para a mensuração do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento. A Companhia utilizou a taxa de 7,50% a.a. a qual corresponde ao custo de captação da dívida de longo prazo para investimento mais recente. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

b) Composição ao ativo de direito de uso

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.562.519	72.834	6.295	1.641.648
Remensuração	-	(1.720)	-	(1.720)
Adições	28.916	2.213	14.445	45.574
Baixas	(79.000)	(8)	(134)	(79.142)
Depreciação	(107.089)	(11.244)	(2.303)	(120.636)
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.405.346	62.075	18.303	1.485.724

c) *Passivo de arrendamento*

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.562.519	75.182	6.295	1.643.996
Remensuração	-	(4.068)	-	(4.068)
Adições	28.916	2.213	14.444	45.573
Baixas	(80.165)	-	(127)	(80.292)
Juros incorridos	92.465	4.176	787	97.428
Pagamentos	(163.530)	(13.642)	(2.766)	(179.938)
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.440.205	63.861	18.633	1.522.699
Circulante	142.561	15.602	4.706	162.869
Não circulante	1.297.643	48.259	13.927	1.359.830

d) *Cronograma do passivo de arrendamento*

	30/09/2019
Vencimentos	
01/10/2019 – 30/09/2020	162.869
01/10/2020 – 30/09/2021	159.685
01/10/2021 – 30/09/2022	141.156
01/10/2022 – 30/09/2023	131.840
01/10/2023 – 30/09/2024	104.471
Acima de 30/09/2024	822.678
Total	1.522.699

17. IMPOSTOS A RECOLHER

	30/09/2019	31/12/2018
PERT	12.677	117
ICMS	52.773	41.587
IRPJ/CSLL	3.638	5.230
ISS	1.639	1.105
INSS/FGTS	22.219	24.442
Outros	523	1.804
Total	93.469	74.285
Circulante	82.361	73.127
Não circulante	11.108	1.158

18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

a) Composição da conta

	30/09/2019	31/12/2018
Administrativas	635	758
Cíveis	4.784	1.629
Trabalhistas	15.297	10.034
Tributárias	492	676
Total	21.208	13.097

As provisões para contingências cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas. As contingências trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

b) Movimentação dos processos no período

2019	31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/2019
Administrativas	758	78	(134)	(67)	635
Cíveis	1.629	3.425	(199)	(71)	4.784
Trabalhistas	10.034	6.616	(277)	(1.076)	15.297
Tributárias	676	20	(204)	-	492
Total	13.097	10.139	(814)	(1.214)	21.208

2018	31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2018
Administrativas	465	751	(8)	(450)	758
Cíveis	1.554	2.113	(538)	(1.500)	1.629
Trabalhistas	8.773	6.417	(222)	(4.934)	10.034
Tributárias	354	325	-	(3)	676
Total	11.146	9.606	(768)	(6.887)	13.097

c) Passivos contingentes – Risco de perda possível

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 142.977 (R\$102.739 em 2018), para as quais não foram constituídas provisões. A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Administrativas	8.032	7.359
Cíveis	3.530	1.641
Trabalhistas	8.686	10.621
Tributárias	122.729	83.118
Total	142.977	102.739

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da companhia destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da companhia é de total respeito ao público consumidor entende-se que a interpretação é improcedente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$382.727, representado por um total de 342.726.580 ações ordinárias sem valor nominal. O capital autorizado é de 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) de ações ordinárias.

b) Reserva de capital

	30/09/2019	31/12/2018
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.391)	(11.391)
Opções outorgadas reconhecidas (iii)	5.295	5.242
Reserva de incorporação	330	330
Total	380.884	380.831

- Conforme Acordo de Investimentos entre Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., foi constituída reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$397.357 sendo que em 2017 e 2018 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 e R\$ 4.180, respectivamente, em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores.
- Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.391 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A.
- Valor referente ao plano de remuneração baseado em ações (vide nota 20). Em 2019 e 2018 foram registradas novas opções outorgadas no valor de R\$53 e R\$905, respectivamente.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na nota 22 - Subvenção governamental.

20. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

	Nº ações outorgadas	R\$		Opções outorgadas
		Preço de aquisição	Preço de exercício	
Em aberto em 31 de dezembro de 2017	2.520.970	1,72	10,30	4.337
Concedidas durante o exercício	569.905	1,72	10,30	980
Recompradas durante o exercício	(43.538)	1,72	10,30	(75)
Em aberto em 31 de dezembro de 2018	3.047.337	1,72	10,30	5.242
Concedidas durante o período	30.584	1,72	10,30	53
Em aberto em 30 de setembro de 2019	3.077.921	1,72	10,30	5.295

Não há média ponderada das opções de ações visto que todos os elegíveis do plano adquiriram as opções pelo mesmo preço. Não houve opções expiradas durante o período findo em 30 de setembro de 2019 e no exercício de 2018.

21. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	30/09/2019	30/09/2018
Resultado líquido por ação do período atribuível aos acionistas	(13.294)	21.551
Quantidade média ponderada de ações durante o período (lote de mil)	342.726	342.726
Resultado por ação básico e diluído - R\$	(0,039)	0,063

22. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação, relativos ao imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS), concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco e Bahia, que implicam na redução de carga tributária do ICMS nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia.

A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências, tais como; (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto na legislação envolvida.

A Companhia reconheceu em seu resultado do período, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$128.906 (R\$70.367 em 2018).

Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

23. RECEITA LÍQUIDA

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Venda de mercadorias	1.737.219	5.032.319	1.724.120	4.903.872
Serviços prestados	6.601	14.930	3.836	12.359
Ajuste a valor presente	(8.742)	(23.732)	(9.107)	(29.212)
Receita bruta	1.735.078	5.023.517	1.718.849	4.887.019
Impostos sobre vendas	(84.000)	(230.238)	(76.864)	(198.240)
Devoluções e abatimentos	(9.948)	(29.315)	(11.439)	(31.545)
Deduções das vendas	(93.948)	(259.553)	(88.303)	(229.785)
Receita líquida	1.641.130	4.763.964	1.630.546	4.657.234

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Classificados por conta:

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Custo das mercadorias vendidas	(1.129.903)	(3.273.175)	(1.102.286)	(3.163.877)
Despesas com vendas	(422.364)	(1.253.535)	(437.597)	(1.274.573)
Despesas administrativas e gerais	(35.430)	(128.068)	(49.363)	(139.736)
Total de custos e despesas	(1.587.697)	(4.654.778)	(1.589.246)	(4.578.186)

b) Classificados por natureza:

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Custo de aquisição de mercadorias	(1.129.903)	(3.273.175)	(1.102.286)	(3.163.877)
Despesas com pessoal	(257.409)	(779.088)	(267.412)	(781.927)
Despesas com aluguéis	(10.909)	(31.756)	(69.187)	(199.963)
Despesas gerais	(126.409)	(382.125)	(122.017)	(351.957)
Depreciação e amortização	(63.067)	(188.634)	(28.344)	(80.462)
Total de custos e despesas	(1.587.697)	(4.654.778)	(1.589.246)	(4.578.186)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	434	1.357	1.595	4.733
Ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge	51.723	128.228	48.624	156.029
Ajuste a valor justo de passivos financeiros	2.264	2.151	15.533	56.720
Ajuste a valor presente	7.888	22.903	8.064	28.887
Variação cambial	16.151	70.543	43.665	59.048
Outras receitas financeiras	24.673	26.315	551	1.840
Total de receita financeira	103.133	251.497	118.032	307.257

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Despesas financeiras				
Juros provisionados	(13.652)	(38.468)	(10.685)	(28.976)
Juros de arrendamento	(31.468)	(97.430)	-	-
Ajuste a valor justo de instrumentos de hedge	(36.834)	(125.044)	(23.664)	(44.906)
Ajuste a valor justo de passivos financeiros	(2.682)	(2.292)	(25.091)	(50.704)
Outras despesas financeiras	(4.563)	(17.373)	(5.185)	(12.329)
Ajuste a valor presente	(22.806)	(68.579)	(23.548)	(73.324)
Variação cambial	(36.887)	(88.920)	(66.148)	(181.517)
Total de despesa financeira	(148.892)	(438.106)	(154.321)	(391.756)
 Resultado financeiro	 (45.759)	 (186.609)	 (36.289)	 (84.499)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados a seguir:

Descrição	30/09/2019		31/12/2018	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	95.219	95.219	118.197	118.197
Contas a receber de clientes	371.933	371.933	315.465	315.465
Fornecedores	(878.229)	(878.229)	(1.075.697)	(1.075.697)
Financiamentos e empréstimos	(262.640)	(262.191)	(396.308)	(372.480)
Debêntures	(301.443)	(302.110)	-	-
 Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Financiamentos e empréstimos	(411.912)	(408.476)	(558.096)	(558.096)
Plano de remuneração baseado em ações	(5.295)	(5.295)	(5.242)	(5.242)
 Instrumentos financeiros derivativos				
Instrumentos de hedge (Swaps de moeda estrangeira)	22.481	22.481	28.248	28.248

b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber com administradoras de cartões de crédito e instrumentos de hedge.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e Instrumentos de hedge.

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras, referentes a depósitos bancários, aplicações financeiras e instrumentos de hedge no montante de R\$ 109.630 (R\$141.583 em 31 de dezembro de 2018), os quais representam sua máxima exposição de crédito. O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições

financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte.

Contas a receber com administradoras de cartões de crédito

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo. A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	30/09/2019	31/12/2018
A vencer		
1 a 30 dias	213.675	155.737
31 a 60 dias	70.493	80.727
61 a 90 dias	33.909	37.424
Acima de 90 dias	44.569	28.338
Vencidos	-	-
Total	362.646	302.226

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros estão demonstradas a seguir:

Em 30 de setembro de 2019	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	95.219	95.219	95.219	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	371.933	371.933	371.933	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(878.229)	(878.229)	(878.229)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos, líquido de						
Instrumentos de Hedge (Nota 14)	(652.071)	(652.071)	(186.813)	(277.517)	(180.628)	(7.113)
Debêntures (Nota 15)	(301.443)	(301.443)	(18.590)	(33.193)	(249.660)	-

Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	118.197	118.197	118.197	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	324.324	324.324	324.324	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.098.830)	(1.098.830)	(1.098.830)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	(954.404)	(954.404)	(522.181)	(255.542)	(168.149)	(8.532)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de setembro de 2019 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 5,40% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 30 de setembro de 2019, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre outubro de 2019 e outubro de 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

30/09/2019:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	652.071	(3.962)	8.497	16.994
Debêntures	Alta do CDI	301.443	(248)	4.536	9.072
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	63.482	-	(857)	(1.714)

31/12/2018:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	834.128	(2.895)	(13.346)	(26.692)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	41.888	-	(670)	(1.340)

Risco cambial

A Companhia possui a política de contratar instrumentos de hedge para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nocional de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. A Companhia

possui a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Em 30 de setembro de 2019 o valor dos instrumentos de hedge era de 22.481 (28.248 em 2018).

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de hedge foram contabilizados a valor justo. A Companhia calcula a efetividade das operações de hedge quando da sua contratação em bases contínuas. As operações de hedge contratadas apresentam efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura em 30 de setembro de 2019.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de swap considerando os três cenários abaixo.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Em 30 de setembro de 2019 (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(45.683)	(212.895)
Em 31 de dezembro de 2018 (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(86.017)	(325.291)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	30/09/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	975.995	954.404
Operações com derivativos	(22.481)	(28.248)
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas de hedges	953.514	926.156
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(95.219)	(118.197)
Dívida líquida	858.295	807.959
Patrimônio líquido	1.018.054	1.031.295
Índice de alavancagem	0,84	0,78

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	30/09/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	5.295
Financiamentos e empréstimos	-	262.191	-
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	408.476	-
Debêntures	-	302.110	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	22.481	-

Descrição	31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	5.242
Financiamentos e empréstimos	-	390.000	-
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	558.096	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	28.248	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Plano de remuneração baseado em ações - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como patrimônio líquido já que nosso plano é considerado totalmente vested.

Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2019 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Descrição	30/09/2019			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	411.912	408.476	(2.151)	2.292

Descrição	31/12/2018			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	558.096	558.096	(21.830)	22.595

Instrumentos de hedge (Swaps de moeda estrangeira) - mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de swap para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia recebe juros variáveis entre 1,63% a 5,48% a.a. sobre o valor nominal em dólar (parcela ativa) e paga entre 1,49% a 1,99% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor de referência em reais na data da contratação (parcela passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do período, nas contas de “receitas e despesas com instrumentos de hedge”.

Fluxo	Valor principal (R\$ mil)		Índice	Taxa a.a.
	30/09/2019	31/12/2018		
Swap CDI vs. taxa flutuante em US\$				
Ativo	18.702	28.565	US\$ +	3,84% a 5,34%
	3.779	-	EU€ +	1,63% a 1,67%
Passivo	-	(317)	CDI +	0,96% a 1,99%
Valor justo do Instrumento de hedge	22.481	28.248		

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede da Companhia:

Modalidade	30/09/2019	31/12/2018
Limite Máximo de Garantia Contratada	405.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	15.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	46.400	46.400
Veículos	300	300
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	15.000	15.000